



ATA DA XIII REUNIÃO ORDINÁRIA
27 e 28 de outubro de 2009

Aos vinte e sete e vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, no Auditório do Anexo do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi realizada a XIII Reunião da Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Dia 27: 1. 16h às 16h15 - Abertura, Aprovação da Ata da XII Plenária e da Pauta da XIII Plenária; 2. 16h15 às 16h35 - Informes; 3. 16h35 - Encaminhamento das Comissões Permanentes; 4. 18h - Encerramento do primeiro dia. Dia 28: 5. 9h às 12h30 - Debate sobre o Tema - Mudanças Climáticas e Impactos sobre a Soberania e Segurança Alimentar 5.1. 9h às 9h20 - Exposição do Ministério das Relações Exteriores, 5.2. 9h20 às 9h40 - Exposição do Ministério do Meio Ambiente, 5.3. 9h40 às 10h - Exposição da Casa Civil da Presidência da República, 5.4. 10h às 10h20 - Apresentação da Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento, 5.5. 10h20 às 12h30 - Debates e Encaminhamentos; Intervalo - Almoço - 12:30 às 14:00; 6. 14h às 14h30 - Recondução do mandato dos conselheiros para os próximos dois anos, posse dos novos conselheiros e indicação do Presidente do CONSEA - participação da Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome . Arlete Sampaio; 7. 14h30 às 17h30 - Debate sobre o Tema .Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas - Incorporação da dimensão do etnodesenvolvimento nas políticas públicas para avançar e consolidar direitos e garantias dos Povos e Comunidades Tradicionais 7.1. 14h30 às 14h50 - Josilene Brandão . membro da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais, 7.2. 14h50 às 15h10 - Sonia Guajajara - vice-presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), 7.3. 15h10 às 15h30 - Exposição de representante do Ministério Público Federal, 7.4. 15h30 às 15:50 - Apresentação das Comissões Permanentes 5 e 6, 7.5. 15h50 às 18h - Debates e Encaminhamentos; 8. 18h - Encerramento. Composição da Mesa I: Renato Maluf, Presidente do CONSEA Nacional, Crispim Moreira, Secretário do MDS e Carmem Priscila Bocchi, Coordenadora do CONSEA Nacional. Dia 27: 1. 16h às 16h15 - Abertura, Aprovação da Ata da XII Plenária e da Pauta da XIII Plenária - Dando boas-vindas aos presentes, o Presidente do Consea, Renato Matuf, deu início à XIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. A pauta desta Sessão e a ata da XII Reunião, realizada no dia 12/08/2009, foram aprovadas por unanimidade. 2. 16h15 às 16h35 - Informes da Presidência: Renato Maluf apresentou os informes da presidência do Consea: 1 - Recondução dos Conselheiros - Na plenária de agosto foi decidido que seriam consultadas as entidades que compõem o Consea sobre a recondução ou indicação de Conselheiros. Resultado da consulta: 80% de recondução e 20% de substituição. A composição do Consea foi apresentada ao Presidente da República, que não mexeu na composição do Conselho. Quanto à permanência da presidência atual, dependeria da indicação dos Conselheiros e da vontade do Presidente



45 Renato Maluf em continuar na execução dos trabalhos. Existe uma proposta de pauta na
46 Mesa Diretiva para avaliação de todo o Conselho, Presidente e conselheiros. Quanto aos
47 trabalhos da presidência do Consea serem desempenhados como função voluntária, o
48 Presidente da República solicitou à sua Assessoria que tomasse providências sobre o
49 assunto. 2 – PEC da Alimentação – Uma comissão formada por Renato Maluf, Edécio
50 Vigna, Marília Leão, Juarez Martins e o Deputado Nazareno Fonteles foi aos Gabinetes do
51 Líderes do Governo e do PT. E a informação obtida é que a PEC não seria votada em
52 27/10/2009, tendo em vista que dificilmente o Congresso Nacional vota Emenda
53 Constitucional às terças-feiras por questões de quorum no Congresso. Os dois líderes
54 informaram que há uma posição quase que consensual dos diferentes Partidos pela
55 aprovação da Emenda. Foi divulgada, em Informativo da Câmara dos Deputados, a
56 informação de que a PEC da Alimentação poderá ser votada, e provavelmente isso aconteça
57 dia 28/10/2009. 3 – Audiência com o Presidente da República – i) Foi tratada a aprovação
58 da PEC. O Presidente ficou de tratar do assunto com as lideranças partidárias. ii) Foi
59 apresentada ao Presidente a demanda do Consea para se conceder um reajuste ao per capita
60 do PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar, com uma proposta de passar de R\$
61 0,22 para R\$ 0,35. iii) O Presidente comentou sobre a criação de um Grupo de Trabalho
62 para tratar da Consolidação das Leis Sociais. iv) Foi apresentada ao Presidente uma
63 solicitação para que seja suspensa e revista a iniciativa de enviar um Projeto de Lei que
64 resulte em alteração na Lei dos Cultivares. O Presidente pediu uma Nota Técnica, que foi
65 feita e encaminhada a ele, mas ainda não há resultado concreto do assunto. v) Foi
66 comunicado ao Presidente que o Consea tomará a iniciativa de estabelecer um diálogo mais
67 temático com a Casa Civil da Presidência da República, pensando na construção de uma
68 agenda para o ano de 2010. 4 – Eventos realizados – i) Dias 29 e 30/09 e 01/10/2009 –
69 Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: III CONFERÊNCIA +2. ii) Dias
70 13 e 14/10/2009 - Seminário sobre Mecanismos de Exigibilidade do Direito Humano à
71 Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O
72 Relator das Nações Unidas para o Direito Humano à Alimentação Adequada, o Senhor
73 Olivier De Schutter, foi convidado pelo Consea a participar do evento, e sua vinda ao Brasil
74 resultou em vários compromissos pelo País. 5 – Cúpula de Roma – A Plenária de agosto
75 organizou um Grupo de Trabalho para preparar um Documento do Consea a ser
76 encaminhado à Cúpula Mundial de Segurança Alimentar, que será realizada pela FAO, em
77 Roma, nos dias 16, 17 e 18/11/2009. O Presidente Lula já confirmou sua participação no
78 evento. A FAO apoiou o Consea na contratação de consultores para a elaboração do
79 Documento, e o IICA-Brasil irá providenciar a tradução, edição e reprodução do mesmo.
80 Renato Maluf foi indicado para elaborar o Documento, que já foi aprovado pelo GT, e será
81 enviado aos Conselheiros, via correio eletrônico. O Documento tratará da trajetória do
82 Consea no Brasil até agora, e apresentará indicações das atividades realizadas pelo
83 Conselho, dando destaque ao PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e ao PNAE -
84 Programa Nacional de Alimentação Escolar. O Senhor Crispim Moreira informou que a
85 CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional aprovou a
86 instalação de uma Comissão Técnica, cujo objetivo é a elaboração do Plano e da Política de
87 SAN; e já aprovou um calendário de trabalhos. 3. 16h35 - Encaminhamento das Comissões
88 Permanentes: 1) Comissão Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do Sisan –



89 Marília Leão: Informou que não houve reunião da CP1. A Conselheira foi convidada a
90 coordenar a Comissão novamente. 2) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e
91 Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento - Maria Emília Pacheco: i) Informou que
92 no mesmo período em que acontecerá a reunião da Cúpula de Roma, haverá, também na
93 Itália, o Fórum dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais sobre
94 Segurança Alimentar, que terá quatro eixos de debates: a) Quem decide sobre os alimentos
95 e a agricultura, b) Quem controla os recursos para a produção de alimentos, c) Como se
96 produzem os alimentos, iv) Quem tem e necessita do acesso aos alimentos. Há a sugestão,
97 através da representação da CONTAG, no evento, para que o Consea seja convidado a
98 participar do Fórum. ii) Na Cúpula de Roma, o Consea será representado pelo presidente
99 Renato Maluf (financiamento do Consea) e Nathalie Beghin (financiamento de sua
100 organização). Houve um painel de *experts*, no qual o Conselheiro Sílvio Porto, da Conab,
101 representou o Consea. E há uma sugestão de que no plano internacional seja criado um
102 painel de *experts* sobre a Segurança Alimentar, tal qual o painel de Mudanças Climáticas.
103 iii) Foi realizada reunião do Comitê de Segurança Alimentar da FAO, onde também o
104 Conselheiro Sílvio Porto esteve presente e cujo relato a Conselheira sugere que seja
105 socializado a todos os Conselheiros. A Conselheira Valéria Paye informou que haverá uma
106 representação indígena brasileira no Fórum Paralelo da Cúpula. Renato Maluf submeteu ao
107 Plenário o convite para o Relator Nacional do Direito Humano à Alimentação Terra e
108 Água, Sérgio Sauer, para que seja observador do Consea. A indicação foi aprovada por
109 unanimidade. 3) Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança
110 Alimentar Nutricional + CP1- i) Informou que a CP3 propôs ao GT Abastecimento tratar do
111 tema de transição epidemiológica;. ii) O GT Abastecimento informou que está em pauta, na
112 Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei sobre a liberação das sementes *terminator*. A CP
113 aprovou uma reedição da Moção nº 30, propondo seu envio, como manifestação do Consea,
114 ao Congresso Nacional, Casa Civil e ao Ministro das Relações Institucionais, Alexandre
115 Padilha. iii) Foi proposto à CP tratar do Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição –
116 10 anos da PNAN, que ocorrerá em junho de 2010. iv) A apresentação do Documento da
117 Política e do Plano de SAN no Consea será dia 02/12/2009, data em que acontecerá a
118 Conferências Nacionais de Assistência Social e de Comunicação, causando prejuízo à
119 Plenária do Consea, por isso, a CP solicita adiamento da reunião Plenária. v) Foi tratada a
120 elaboração do Protocolo de Tratamento dos Celíacos. A CP considera que esse tema deve
121 ser tratado no Seminário Nacional de Discussão da Política de Alimentação e Nutrição,
122 quando será elaborado um documento sobre o tema, e encaminhado às lideranças que
123 tratam da matéria. vi) Há uma proposta de reativação do GT Saúde para discutir questões
124 de assistência alimentar. Encaminhamentos: os temas acima foram aprovados. 4) Comissão
125 Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada – Elisabetta Recine: i) Informou
126 que a CP4 está praticamente com as versões finais dos Instrumentos de Exigibilidade do
127 PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar prontas. ii) Na discussão sobre o Bolsa
128 Família teve a participação de três integrantes da Secretaria de Renda e Cidadania do MDS,
129 e serão elaborados os instrumentos de exigibilidade do Bolsa Família. iii) Há uma proposta
130 de reunião para o dia 30/11/2009, com os representantes das 15 Comissões de Direito
131 Humano à Alimentação Adequada dos Conseas Estaduais. iv) A CP3 fez um balanço do
132 Seminário de Exigibilidade. Na tarde do segundo dia do Seminário foi feito um trabalho de



133 grupo, quando os participantes foram reunidos em três grupos: Sociedade Civil, Governo e
134 convidados internacionais. Os resultados dos trabalhos dos GTs foram encaminhamentos
135 concretos e claros para os setores envolvidos. O Conselheiro Chico Meneses solicitou
136 informação sobre a Comissão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que
137 examina violações do Direito à Alimentação, quanto ao risco de a mesma não ter
138 continuidade. A Conselheira Valeria Burity respondeu que está sendo feito um estudo de
139 mudança da resolução que trata das atribuições da Comissão. O Conselheiro Pedro Kitoko
140 complementou a informação, dizendo que a Comissão se reunirá com o Conselho, no dia
141 11/11/2009, momento em que será discutido o futuro da Comissão. Informou também que
142 nos dias 04 a 06/11/2009, a Presidência da República promoverá um seminário
143 internacional, em Salvador – BA, que será um preparatório de reunião dos Presidentes da
144 República dos países de língua portuguesa em 2010, e este Conselheiro foi convidado a
145 contatar as entidades da sociedade Civil. Encaminhamentos: Foi aprovada proposta de
146 incluir na agenda de 2010 o diálogo entre direito e agenda internacional do Consea e a
147 informação sobre o Seminário Internacional, em Salvador. 5) Comissão Permanente 5 -
148 SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais + Comissão Permanente
149 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas: informou que as duas
150 Comissões trabalharam conjuntamente na apropriação do documento sobre
151 etnodesenvolvimento, que será apresentado, na continuidade desta reunião, no dia
152 28/10/2009, pela Conselheira Valéria Paye. i) A CP5 terá dois novos integrantes, um
153 representante dos Pescadores e um representante da CONAQ. ii) A CP5 estará sob a
154 coordenação da Conselheira Virgínia Lunalva Miranda de Sousa Almeida. iii) O
155 Conselheiro Pedro Kitoko apresentou à Comissão o relatório feito para a Comissão do
156 Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, com o relato de um estudo de caso
157 sobre as comunidades quilombolas de Sapé do Norte-ES. A Conselheira propôs incluir na
158 pauta do Consea uma discussão sobre esse relatório. iv) Informou que nos dias 02 e
159 03/12/2009, o MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, realizará
160 um Seminário sobre Cestas de Alimentos, e os membros da CP5 participarão do evento.
161 Encaminhamentos: A proposta de pauta será discutida na Mesa Diretiva. A Conselheira
162 Valéria Paye informou que os povos e comunidades tradicionais receberam convite do
163 MDS para participarem da proposição de uma Câmara Técnica que irá subsidiar o Comitê
164 Gestor do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. Em reunião das Comissões, foi
165 levantada a dúvida sobre a importância de ser aberto mais um espaço de discussão como
166 esse. 4. 18h - Encerramento do primeiro dia: A Comissão encerrou seus trabalhos às 18h, e
167 os presentes foram ao Congresso Nacional acompanhar os movimentos da PEC da
168 Alimentação. Composição da Mesa II: Renato Maluf, Priscila Bocchi, Crispim Moreira,
169 Branca Americana, Diretora de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente;
170 Johaness Eck, da Casa Civil; Maria Emilia Pacheco, Coordenadora da CP2, responsável
171 pela elaboração do Documento. Dando continuidade aos trabalhos da sessão, o dia seguinte
172 começou com a apresentação do item 5. 9h às 12h30 - Debate sobre o Tema - Mudanças
173 Climáticas e Impactos sobre a Soberania e Segurança Alimentar. Antes de entrar no tema
174 em pauta, Renato Maluf cumprimentou os presentes e apresentou a Conselheira Maria
175 Aláides Alves de Sousa, suplente do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco,
176 representando a ASSEMA – Associação em Área de Assentamento no Estado do



177 Maranhão, e o Conselheiro Lino de Macedo, representante da CGTB - Central Geral dos
178 Trabalhadores do Brasil, São Paulo. O Secretário Crispim Moreira justificou a ausência do
179 Ministro Patrus Ananias e da Secretária Arlete Sampaio, dizendo que os mesmos estavam,
180 naquele momento da reunião, lançando o Programa Nacional de Inclusão Bancária das
181 Famílias do Bolsa Família, em um evento no Itamaraty. Foi exibido o filme 'Os Sinais da
182 Natureza', que será apresentado durante a COP15, a ser realizada nos dias 07 a 18/12/2009,
183 em Kopenhagen-Dinamarca. Iniciou-se então o debate sobre Mudanças Climáticas: 1) 5.3.
184 9h40 às 10h - Exposição da Casa Civil da Presidência da República: O Senhor Johaness
185 Eck, da Casa Civil, manifestou-se dizendo que a Casa Civil, desde 2007, tem coordenado o
186 Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima, colegiado incumbido de fazer a Política
187 e o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima. Esse Comitê é composto por 17 órgãos
188 federais mais o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. De 2007 a 2008, ele fez a
189 proposta da Política Nacional sobre Mudanças do Clima, que foi encaminhada ao
190 Congresso Nacional e, segundo informações, teve uma votação no dia 26/10/2009, na
191 Câmara dos Deputados. A expectativa é que essa Política seja aprovada ainda antes de
192 Kopenhagen. No final de 2008, o Presidente da República lançou o Plano Nacional sobre
193 Mudanças Climáticas, um plano considerado a maior referência em termos de Governo
194 sobre o que se quer de ações de mitigação e adaptação no País. Em 2009 o tema toma
195 relevância por conta da COP15, e a expectativa é que sejam trazidas importantes decisões
196 em nível mundial sobre o assunto. Dentro do Plano se buscou uma visão a mais integrada
197 possível entre as políticas públicas de responsabilidade do Governo Federal para tratamento
198 do tema, no seu objetivo maior, que é trabalhar pela redução da desigualdade social, e
199 geração de emprego e renda. O primeiro objetivo do Plano é o desenvolvimento sustentável
200 do Brasil e a redução da taxa de desmatamento amazônico. Para tanto, como o Brasil ainda
201 é um país em desenvolvimento, precisa de aporte de recursos para alcançar as metas
202 relativas à mitigação e adaptação. O palestrante mencionou várias ações que tratam do
203 tema. O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas é presidido pelo Presidente Lula e tem
204 como Secretário-Geral o professor Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de
205 Janeiro. O Fórum está fazendo um ciclo de discussões para levantar posições da sociedade
206 civil para sugerir ao Governo Brasileiro posicionamentos sobre o clima. 2) 9h20 às 9h40 -
207 Exposição do Ministério do Meio Ambiente: A Senhora Branca Americano apresentou um
208 levantamento das conseqüências do aumento dos gases de efeito estufa que vêm sendo
209 emitidos no mundo. A palestrante apresentou um *slide* com cenários de mudanças
210 climáticas projetadas para o Brasil até finais do Século XXI. Alertou que o mundo tem que
211 mudar radicalmente em 50 anos, em média de 80 a 90% a emissão de gases poluentes,
212 senão as conseqüências serão catastróficas. Também apresentou uma lista das principais
213 tecnologias e práticas de mitigação para o setor, que já estão disponíveis e as que estarão,
214 para daqui a 20 anos. Compromissos globais para redução de emissões - o IPCC -
215 Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas: i) Os Países desenvolvidos devem reduzir
216 entre 25 e 40% suas emissões até 2020 em relação a 1990. ii) Os Países em
217 desenvolvimento devem reduzir o ritmo de crescimento de suas emissões (desvio do
218 cenário base). Alguns quadros foram apresentados sobre a redução de emissões por
219 desmatamento e degradação florestal (REDD - Redução de Emissões para o Desmatamento
220 e Degradação). A Secretária falou que o MMA já começou a identificar ações que possam



221 alcançar até 40% da redução de emissões e que os diferentes setores do Governo estão
222 estudando individualmente propostas para alcançar esta meta. Segundo Branca Americano,
223 pior do que qualquer redução de emissão é o impacto das mudanças do clima. Informou que
224 o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, estará indo a Barcelona, para participar de uma
225 reunião de Ministros de Meio Ambiente, na tentativa de potencializar as negociações sobre
226 o clima. Disse também que existe uma série de afirmações para enfraquecer o Acordo que
227 será feito em Copenhagen, por interesses dos vários Países participantes. Contudo,
228 considera que o Brasil e os Estados Unidos podem fazer a diferença na concretização do
229 Acordo. 3) 10h às 10h20 - Apresentação da Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar
230 e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento: A Conselheira Maria Emília Pacheco
231 procedeu à leitura do Documento de Posicionamento do Consea sobre Mudanças
232 Climáticas e Seus Impactos no Direito Humano à Alimentação, na Soberania e Segurança
233 Alimentar e Nutricional. O objetivo do Documento é informar que a mudança global do
234 clima é um dos mais significativos desafios para os países, na atualidade, e seus impactos
235 socioambientais trazem ameaças concretas ao direito humano à alimentação saudável e
236 adequada, bem como à soberania e segurança alimentar e nutricional, sobretudo, para as
237 populações em situação de pobreza. 10h20 às 12h30 - Debates e Encaminhamentos:
238 Seguiu-se manifestação da Plenária quanto ao Documento, dando sugestões e
239 recomendações para melhor compreensão do mesmo, e posicionamentos gerais a respeito
240 da matéria. As sugestões de redação ao Documento serão feitas de forma escrita e entregues
241 à Comissão responsável. O Secretário Crispim Moreira fez uso da palavra, considerando
242 que o Documento traz pontos importantes, e propõe um esforço para que o mesmo incida
243 no Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima e no Plano Nacional sobre Mudanças
244 Climáticas e que seus elementos tenham materialidade nas proposições que o Presidente
245 Lula estará defendendo em Copenhagen. Propôs também que o Documento dialogue mais
246 com as várias Diretrizes. E fez uma análise das falas dos palestrantes anteriores e do
247 Documento, ponderando que o mesmo deva ser mais enfático em suas proposições, pois
248 dessa forma, ele contribuirá com a CAISAN, criando, assim, potência para fazer parte do
249 discurso do Presidente Lula enquanto Presidente do Fórum Interministerial. Após as
250 manifestações de todos, a palavra voltou à Mesa. 1) A Senhora Branca Americano
251 expressou-se dizendo concordar com o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar.
252 Quanto ao Documento, fez algumas observações em alguns pontos que, segundo a
253 palestrante, são contraditórios ao Plano. Afirmou que todas as formas de energia têm
254 impactos, e o que se deve fazer é tratá-los de forma objetiva, tentando reduzi-los ao
255 máximo, mantendo, assim, a sustentabilidade do meio ambiente. Disse que estudos de
256 vulnerabilidade são necessários e devem aumentar em número, e já existem vários estudos
257 importantes. A arquitetura financeira da Convenção do Clima é uma das coisas mais
258 complexas: existem propostas desde doações voluntárias de países desenvolvidos à
259 proposta que o Brasil fez junto ao G77, de que em torno de 0,5 a 1% do PIB dos países
260 desenvolvidos sejam destinados a um Fundo que trataria tanto de mitigação quanto da
261 adaptação. Essa proposta tem tido resistência dos países desenvolvidos. Em relação ao
262 Fundo Clima, informou que está sendo votado na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei
263 tratando de angariar recursos para enfrentar essas questões no Brasil. Com relação à
264 fiscalização, considerou ser importante o aumento do efetivo para a fiscalização, contudo, a



265 ideia é não acabar com o desmatamento à base de polícia, mas sim dar alternativas para a
266 economia da floresta, envolvendo todos os atores. Quanto à redução da emissão de
267 poluentes, todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento deverão se envolver nesse
268 esforço. Considerou que algumas racionalidades não estão sendo tratadas do ponto de vista
269 da redução, mas sim do ponto de vista da economia hegemônica dos setores já
270 estabelecidos. 2) Johanness Eck: Em resposta aos vários questionamentos, disse que as
271 tensões vividas fazem parte da complexidade da economia do Brasil. Elogiou o
272 Documento, dizendo que é um documento estruturado e importante e traz contribuições
273 valiosas e convergentes ao que o Governo tem defendido. Solicitou que ao ser olhada a
274 realidade brasileira versus a de outros países, questionem quais países têm Zoneamento
275 Ecológico Econômico e Agroecológico. Esclareceu que o Plano Nacional sobre Mudanças
276 do Clima foi construído junto com um movimento coordenado pelo Fórum Brasileiro de
277 Mudanças Climáticas e várias organizações envolvidas com o assunto. Acha importante
278 estabelecer mecanismos de interação imediata, já que a revisão do Plano vai ser
279 contemporânea à elaboração da Política Nacional. Reconheceu que o Documento tem
280 muitas convergências com Copenhagen. Sobre a questão de o Governo não ter capacidade
281 de fiscalizar, disse que se deve olhar a questão conjunta nos três níveis governamentais.
282 Considerou verdadeira a irracionalidade de o Etanol viajar milhares de quilômetros, e que o
283 Plano coloca como primeiro objetivo a questão do aumento da eficiência nos processos
284 produtivos e de consumo brasileiros; e o Governo tem se manifestado contrariamente ao
285 monopólio de sementes. Sobre a sugestão de apoio ao Tribunal de Crimes Ambientais,
286 comentou que deve ser considerada. Quanto à transversalidade, esclareceu que o Comitê
287 Interministerial sobre Mudanças do Clima foi criando em 2007, por proposta da então
288 Ministra Marina Silva e por demanda dos órgãos que tratam do tema. Sobre o
289 desmatamento, por madeiras, na área dos faxinais, no Paraná, o palestrante propôs que
290 Amilton, fizesse uma denúncia e entregasse ao Consea. Ainda, que tem havido incentivos
291 do Ministério das Relações Exteriores no sentido de que a Delegação Brasileira seja
292 composta por uma variedade de representação da sociedade brasileira; e também a
293 participação de representantes indígenas na Delegação seria viável. A questão do eucalipto
294 será tratada na revisão do Plano Nacional, e é admitida pelos órgãos ambientais a
295 temporariamente ajudar na recomposição das reservas legais. Em relação à pouca
296 visibilidade da Agricultura Familiar no Plano, disse que o problema está sendo tratado,
297 contudo, não há uma ampla e abrangente aplicação do caso na realidade. Renato Maluf
298 informou que a CP2 tratará desse assunto, em 2010. 3) Maria Emilia Pacheco sistematizou
299 o debate: i) A CP3 sugeriu fazer um texto sintético, e o integral ser anexado ao resumo.
300 ii) Houve sugestões de revisão das imprecisões do texto em relação ao Plano, e: a)
301 Compromisso político de o Consea ter clara uma visão étnica e colocar com transparência a
302 visibilidade de todos os povos e populações tradicionais. b) Fazer referência ao Pré-Sal. c)
303 Deixar clara a importância do controle social em relação aos biocombustíveis. d) É
304 necessário um sistema de acompanhamento nessa geografia agrícola de forma mais
305 permanente e com intervalos menores e que não sejam os correspondentes aos censos
306 agropecuários. e) Não perder de vista a visão do Consea sobre os agrocombustíveis. f)
307 Propor que o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar tenha um sentido também
308 punitivo e que seja acompanhado dos critérios de tamanho das propriedades. iii) Usa o



309 termo ‘agro-energia’ e não ‘biocombustível’, posto que o Consea compreende Bio como
310 significado de vida, e a expansão do biocombustível é considerado um risco à vida, se
311 contrapondo ao próprio significado do nome. iv) Há uma proposta de que o Consea apóie a
312 criação de um Tribunal dos Crimes Ambientais. A Conselheira propôs tratar o tema em
313 2010, quando haverá um seminário sobre o clima. v) Foi proposto que o Consea assuma o
314 compromisso de continuar debatendo o direito à terra, reforma agrária. vi) Sugeriram que o
315 Consea paute, para 2010, o tema sobre sistema de produção justa e sustentável.
316 Encaminhamentos aprovados: i) Tirar do Documento a expressão “não apropriado” e
317 explicar que o Zoneamento tem que ser acompanhado de critérios. ii) A discussão sobre a
318 criação do Tribunal de Crimes Ambientais ficará para 2010. Intervalo - Almoço - 12:30 às
319 14:00. Dando continuidade aos trabalhos na parte da tarde, a Secretária Arlete Sampaio fez
320 a apresentação do item 6. 14h às 14h30 - Recondução do mandato dos conselheiros para os
321 próximos dois anos, posse dos novos conselheiros e indicação do Presidente do CONSEA.
322 Arlete Sampaio saudou os presentes e comentou a designação dos Conselheiros do Consea
323 publicada nesta data, no Diário Oficial da União. Dos 76 Conselheiros da Sociedade Civil,
324 60 foram reconduzidos e 16 novos foram designados. A Secretária desejou aos
325 Conselheiros um profícuo mandato e que possam dar continuidade aos trabalhos no Consea
326 na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional. Disse ser testemunha do apreço que o
327 Presidente Lula tem pelo Consea, porque reconhece a qualidade do trabalho deste
328 Conselho, sempre buscando contribuir com o Governo, apresentando sugestões,
329 manifestações críticas e observações. A Secretária desejou que o Consea continue sendo
330 um Conselho respeitável e contribua para os rumos da SAN. Disse que os Conselheiros têm
331 que ter consciência da importância de seus trabalhos para que não haja qualquer retrocesso
332 na política de SAN no Brasil e desejou a todos os Conselheiros muita sorte nesse mandato.
333 As Comissões se pronunciaram acerca da indicação do novo presidente do Consea. 1) CP2
334 – Maria Emilia Pacheco: Propôs recondução de Renato Maluf. 2) CP1 e CP3 – Regina
335 Miranda: Propôs recondução de Renato Maluf. 3) CP4 – Irio Luiz Conti: Endossou a
336 continuidade de Renato Maluf na presidência do Consea. 4) CP5 e CP6 - Ana Lúcia
337 Pereira: Considerou que a indicação para presidente do Conselho deveria ser precedida de
338 uma avaliação da atual gestão, e que a presidência deve estar afinada com os movimentos
339 sociais e com os anseios da população empobrecida. Portanto, as CPs 5 e 6 se abstiveram
340 de votar. Arlete Sampaio sugeriu às duas Comissões que se abstiveram que durante os
341 trabalhos do Consea discutam mais claramente qual a avaliação que fazem da presidência
342 no sentido de o presidente poder cumprir as expectativas das Comissões. Votação: Com 17
343 votos favoráveis e 7 abstenções, o presidente do Consea, Renato Maluf, foi reconduzido ao
344 cargo. A Secretária Arlete Sampaio informou que desde 2007, o Governo tem debatido a
345 construção de uma agenda social voltada para povos e comunidades tradicionais. Informou
346 que o Presidente da República convocou os envolvidos com a matéria que discutam uma
347 agenda dos quilombolas, pois ele está insatisfeito com a implementação da agenda que foi
348 discutida em 2007. Disse que estão acontecendo reuniões nos cinco Estados que mais
349 reúnem populações quilombolas para sensibilizar os gestores municipais e as lideranças
350 locais para a execução dessa agenda. Sugeriu a Renato Maluf que tenha uma reunião
351 particular com todo o segmento dos movimentos sociais vinculados aos povos e
352 comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas e façam reivindicações para que essas



353 sejam apresentadas ao Governo e à CAISAN, e o Consea possa dar seguimento ao debate.
354 Fez uso da palavra o presidente empossado, Renato Maluf, e começou sua fala agradecendo
355 aos que fizeram uma avaliação positiva de seu trabalho. Sugeriu avaliação dos trabalhos
356 não só do presidente, mas também de todos os Conselheiros do Consea. Lembrou que
357 houve a possibilidade de avaliação dos trabalhos, contudo, não houve uma dedicação de
358 criá-la. O tema da avaliação será tratado pela Mesa Diretiva. Solicitou compreensão de
359 todos, posto que não tem disponibilidade cem por cento para se dedicar ao Consea. O
360 Conselheiro Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite propôs solicitar ao Presidente da
361 República um posicionamento oficial sobre os trabalhos do presidente do Consea não serem
362 remunerados por ele ser da sociedade civil. Arlete Sampaio esclareceu que esse assunto já
363 foi tratado com o Presidente Lula, que solicitou aos integrantes do seu Governo um
364 encaminhamento da questão. Desejou ao empossados sucesso em seus trabalhos.
365 Composição da Mesa III: Renato Maluf, Priscila Bocchi, Crispim Moreira, Josilene
366 Brandão - Membro da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais; Valéria
367 Paye Pereira, Coordenadora da CP6 e Sonia Guajajara - Vice-Presidente da COIAB -
368 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. 7. 14h30 às 17h30 -
369 Debate sobre o Tema - Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas - Incorporação da
370 Dimensão do Etnodesenvolvimento nas Políticas Públicas para Avançar e Consolidar
371 Direitos e Garantias dos Povos e Comunidades Tradicionais. 7.1. 14h30 às 14h50 - Josilene
372 Brandão - Membro da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais,
373 representando os povos e comunidades tradicionais no âmbito da Comissão Nacional,
374 iniciou sua fala apresentando um conceito de territórios tradicionais, dizendo que são
375 espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades
376 tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado no que
377 diz respeito aos povos indígenas e quilombolas respectivamente. O desenvolvimento
378 sustentável desses povos significa o uso equilibrado dos recursos naturais voltados para a
379 melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades
380 para as gerações futuras. Disse que foram conquistados alguns direitos a partir das lutas
381 dessas comunidades e que a discussão sobre a Política do tema discutido é pautada nos arts.
382 216, 216 e 231 da Constituição Federal, que trata da questão cultural e indígena, e
383 apresentou outras referências de leis que regulam o assunto. Considera como elemento
384 importante ao que tange uma política de etnodesenvolvimento o aspecto da territorialidade,
385 a relação de parentesco, a circularidade, o modo de vida dos grupos, a etnicidade, o gênero
386 e a geração. A ancestralidade, espiritualidade e natureza são formas de visão de mundo
387 desses povos. Afirmou que a questão do sagrado nas comunidades tradicionais tem que ser
388 muito bem vista para a elaboração de políticas, posto que o que é sagrado para os grupos
389 tem uma tendência de privatização no âmbito das políticas. Quanto à alimentação dos
390 povos tradicionais, concepção do direito à alimentação, respeito à soberania alimentar e
391 respeito à identidade, disse que primeiramente é preciso considerar o incentivo à produção
392 local, valorizar os saberes tradicionais dos grupos quanto à sua produção local e
393 alimentação, respeito aos hábitos alimentares e às tradições culturais de cada grupo,
394 escambo, cozinha. O Senhor Pedro Serafim, Procurador Regional do Trabalho e
395 Coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos do Agrotóxico fez uso da
396 palavra, a convite de Renato Maluf, e informou que o Fórum foi criado com o objetivo de



397 produzir uma articulação que resulte em ações concretas e um controle social, procurando
398 cumprir a legislação afeta ao seu tema: os agrotóxicos. Renato Maluf disse que solicitará à
399 Assessoria de Comunicação do Consea que faça contato com o Fórum para divulgação do
400 mesmo. 7.4. 15h30 às 15:50 - Apresentação das Comissões Permanentes 5 e 6 - Valéria
401 Paye Pereira: Apresentou os componentes do Grupo Gestor da Carteira Indígena. Informou
402 que o Documento “Assegurar Diretrizes e Princípios do Etnodesenvolvimento nas Políticas
403 Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais”
404 foi elaborado em conjunto pelas CPs 5 e 6 do CONSEA, e discute e manifesta a
405 preocupação dessas Comissões com o andamento e implementação das políticas públicas
406 de SAN e demais políticas correlatas para estes segmentos, identificando desafios nesse
407 processo de inclusão social e efetividade dos direitos dessas populações e apresenta
408 propostas para enfrentar os desafios identificados, na perspectiva da efetiva incorporação da
409 dimensão, diretrizes e princípios do etnodesenvolvimento nas políticas públicas de caráter
410 universal e naquelas destinadas especificamente aos Povos e Comunidades Tradicionais,
411 buscando aprofundar o processo de incorporação dessa dimensão e enfatizar a necessidade
412 de garantir avanços nesse processo, inclusive no que se refere ao acesso diferenciado aos
413 recursos públicos por parte dessas populações e à conscientização dos agentes públicos a
414 fim de que seus direitos de fato orientem as políticas e o atendimento às suas demandas e
415 necessidades, superando qualquer tipo de discriminação e preconceito. A preocupação das
416 CPs é se o que foi colocado no papel reflete realmente as discussões dos grupos nas suas
417 regiões. Para se certificar disso, a palestrante solicitou avaliação e contribuição dos
418 Conselheiros ao Documento, e explicou que o mesmo foi enviado à FUNAI, porém, não
419 houve resposta. Então, resolveu-se discuti-lo com os movimentos sociais. Em Plenário, a
420 Conselheira fez leitura e uma análise geral do Documento. 7.2. 14h50 às 15h10 - Sônia
421 Guajajara - Vice-Presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia
422 Brasileira (COIAB): Sentiu-se contemplada pelo que foi dito anteriormente, e reforçou que
423 os princípios do etnodesenvolvimento estão baseados na autonomia, autodeterminação e no
424 respeito, contudo, reconhece que esses princípios nem sempre são considerados. Disse que
425 se deve analisar como que as políticas públicas estão chegando às populações indígenas e
426 se estão adequadas. Enfatizou que o etnodesenvolvimento não está acontecendo para as
427 populações indígenas. O desejo dos povos indígenas é que as políticas mais afetas a eles
428 sejam de fato acessadas e que tenham resultados positivos. Mencionou Rodolfo
429 Stavenhagen, ex-relator da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas. Considerou que a
430 meta do Governo em aumentar em 5% o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
431 acaba se tornando contraditório ao plano de reduzir a emissão de carbono. Segundo a
432 palestrante, isso acaba afetando as terras indígenas, que por consequência, afeta diretamente
433 também a questão alimentar. A palavra foi franqueada às Comissões: 1) Comissões
434 Permanentes 1 e 3 - Regina Miranda: Observou que o Documento é consistente,
435 contextualizado, apresenta históricos e uma série de argumentos, contudo, não diz a quem é
436 endereçado. A sugestão das CPs é que ele tenha um formato de Exposição de Motivos. E
437 em nome próprio, a Conselheira propôs: i) Reconhecimento do uso dos alimentos
438 tradicionais para garantir o seu livre uso. ii) O Documento fazer referência sobre a Lei de
439 Cultivares. 2) Comissão Permanente 4 – Susana Coutinho: i) Destacou que o texto não traz
440 referência objetiva ao Direito Humano à Alimentação Adequada e à Soberania Alimentar.



441 ii) Em vez de “beneficiário”, usar o termo “sujeito de direito”. iii) Não menciona
442 claramente demarcação dos territórios como garantia da Segurança Alimentar e do Direito
443 Humano à Alimentação Adequada. 7.5. 15h50 às 18h – Debates: Na sequência, a Plenária
444 se manifestou, elogiando o trabalho das Comissões e das palestrantes, lamentando a
445 ausência do representante do Ministério Público, e sentindo-se contemplada com o
446 Documento. Contudo, foram feitas observações ao texto do mesmo. Renato Maluf
447 informou que, segundo o Assessor do Deputado Nazareno Fonteles, Juarez Martins, a PEC
448 da Alimentação entrou na pauta ordinária, neste dia, do Congresso Nacional. A Conselheira
449 Marília Leão sugeriu incluir no Documento uma proposta ao IBGE - Instituto Brasileiro de
450 Geografia e Estatística de criação de um departamento para tratar só das questões de povos
451 e comunidades tradicionais. A Conselheira Maria Emília Pacheco sugeriu a divulgação do
452 Documento em outros Conselhos. A senhora Lilia Galetti criticou a ausência de
453 Conselheiros governamentais nesta reunião, e disse que existe discriminação e preconceito
454 com relação aos povos e comunidades tradicionais. Um questionamento feito por muitos foi
455 a ausência do Governo na Mesa. Foi solicitado colocar em pauta o enfrentamento dos
456 grandes projetos e seus possíveis impactos para as diferentes populações e avaliar seus
457 impactos na hora de avaliá-los e implementá-los. Quanto à ausência de membros do
458 Governo na Mesa, Renato Maluf explicou que na hora da montagem da mesma, foi
459 considerado que cinco pessoas na Mesa seria complicado, e a Plenária não teria
460 oportunidade de fala. Por isso, foram eleitos os membros que ali estavam.
461 Encaminhamentos: i) O Documento foi aprovado, sujeito a uma modificação de forma, e
462 será enviado a outros Conselhos. ii) Transformar o Documento em Exposição de Motivos.
463 iii) Separar no Documento os itens e seus respectivos destinatários. A palavra foi devolvida
464 à Mesa: 1) Crispim Moreira manifestou sua alegria pela luta e força dos povos tradicionais
465 nesse momento de elaboração do Plano e da Política, trazendo elementos para confirmar
466 ações que estão sendo realizadas e solicitando a transformação deles em política pública.
467 Sugeriu: i) Algumas propostas do Documento fossem acolhidas na agenda do Presidente da
468 República. ii) Transformar os programas já existentes, destinação de recursos e metas
469 públicas no Plano Nacional de Segurança Alimentar, que já está sendo construído. iii)
470 Capacitar gestores públicos para reverter os preconceitos, a discriminação e também que o
471 Governo possa destine recursos públicos para possibilitar que os povos portadores dos
472 direitos possam usar de instrumentos de exigibilidade dos seus direitos. 2) Josilene Brandão
473 falou que fica muita mais preocupada com a ausência de representantes governamentais nos
474 espaços de construção das políticas do que nesta Mesa. Propôs alteração no Documento,
475 onde se propõe ‘Carta de Serviço’, exigir a ‘implementação da política’. O Governo tem
476 que ter uma carta de conduta no que tange à comunicação e divulgação dos povos e
477 comunidades tradicionais, pois os mesmos estão sendo divulgados de forma distorcida,
478 segundo Josilene. Solicitou do IBGE a construção de categorias e dados censitários sobre
479 os povos e no IBGE. É preciso respeitar as organizações representativas dos diversos
480 grupos. O Documento deve ser contundente com relação à garantia da regularização
481 fundiária. 3) Sonia Guajajara solicitou que para a construção e efetivação das políticas
482 públicas seja considerada a diversidade etnocultural e dos biomas brasileiros. 4) Valéria
483 Peyre Pereira agradeceu as contribuições vindas da Plenária ao Documento. Disse que se
484 tem que aproveitar as oportunidades para se manifestar e que e são a partir das contradições



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



485 que se constroem as políticas. Encaminhamentos: As sugestões serão incorporadas ao
486 Documento, e voltará às Comissões na sua versão final. O Documento será transformado
487 em Exposição de Motivos e encaminhado imediatamente para as eventuais reuniões e
488 enviado às Comissões em sua versão final e posteriormente à Plenária. Renato Maluf
489 retomou o assunto da recondução da presidência do Consea, e considerou não ser bom para
490 o Conselho mandar ao Presidente da República uma votação com 17 votos favoráveis e 7
491 abstenções. Isso demonstraria fragilidade do Conselho. Por isso, sugeriu a suspensão da
492 votação e ele ficaria interinamente até dezembro, quando se faria uma votação mais
493 representativa. Alguns Conselheiros foram contra esse posicionamento, e sugeriram constar
494 em ata que no momento da votação estavam em Plenário os 24 Conselheiros, efetivos e
495 suplentes. O Conselheiro Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite, que não estava presente
496 no momento da votação, declarou seu voto em favor da recondução de Renato Maluf. Foi
497 determinado que na Plenária de dezembro/2009 haverá um momento para avaliação dos
498 trabalhos do Conselho como um todo. 8. 18h – Encerramento: Sem mais assunto a ser
499 tratado, Renato Maluf deu por encerrada esta reunião e agradeceu a presença de todos.

Renato Maluf
Presidente

Patrus Ananias
Secretário

500



LISTA DE PRESENÇA DA XIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEA NACIONAL

27 e 28 de outubro de 2009

SOCIEDADE CIVIL

Aldenora Pereira da Silva
Ana Lúcia Pereira
Antoninho Rovaris
Antônio Ricardo Domingos da Costa
Edno Honorato de Brito
Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Gilberto Portes de Oliveira
Gleyse Maria Couto Peiter
Irio Luiz Conti
Ivo da Silva
Lino de Macedo
Maria das Graças Apolinário
Maria Emília Pacheco
Marília Leão
Naidison de Quintelle Baptista
Pedro Makumbundu Kitoko
Regina da Silva Miranda
Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
Renato Sérgio Jamil Maluf
Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade
Suzana Costa Coutinho
Valéria Paye Pereira
Lilian Barreto
REPAS
Vanda Aparecida dos Santos

SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL

Carmen Helena Ferreira Faro
Dulce Terezinha Oliveira da Cunha
Edécio Vigna
Elisabetta Recine
Haroldo da Silva Ferreira
Maria Alaídes Alves de Sousa
Nelito Nonato Dorneles
Raimundo Nonato Pereira da Silva
Werner Fucks



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



546 **REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL**

547 Ministério da Educação

548 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

549 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – Roseli B. de A.

550 Ministério da Fazenda – Aloísio Lopes Pereira de Melo

551 Ministério do Desenvol. Social e Combate à Fome – Crispim Moreira

552 Ministério da Integração Nacional – Dorotea Blos

553 Ministério da Ciência e Tecnologia

554

555 **OBSERVADORES**

556 Assessoria Especial da PR – Selvino Heck

557 Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CODRAF

558 FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – José Tubino

559 Talher Nacional – Meiry Andréa Borges David

SESC – Cláudia Márica R. Roseno

Action AID – Celso Marcatto

Oxfam – Nathalie Begin

ITAIPU Binacional – Rosângela Silva